

PROBLEMÁTICA EDUCACIONAL: UM BECO COM SAÍDAS (1)

Edla de Araújo Lira Soares (2)

RESUMO

Analisa a problemática educacional no Nordeste e apresenta subsídios para uma política educacional, a partir do ponto de vista dos segmentos majoritários da população. Para tanto, propõe a reorientação das políticas sociais, estabelece as bases do projeto de desenvolvimento no movimento de auto-organização da população, e entende que a universalização de uma escola pública de qualidade, associada à democratização da gestão educacional, representa uma das contribuições à luta da população pela superação de um modelo econômico, social e político vinculado à degradação das condições da vida coletiva.

-
1. Sistematização das discussões desenvolvidas por integrantes do grupo de educação da Frente Brasil Popular (Carmem L. Bandeira, Edla Lira Soares; Ester Calland, Félix C. Santos; Iracema L. P. Ferreira; Maria da Conceição B. Viagem, Moisés Santana, Myrtha Magalhães e Zuleide Aureliano), Recife, 1989.
 2. Professora Assistente do Departamento de Psicologia e Orientação Educacional do Centro de Educação da UFPE.

INTRODUÇÃO

Um dos desafios que se colocam para uma administração que se propõe a estabelecer políticas sociais articuladas aos interesses da maioria, em um país onde a desigualdade econômica e social submete a população a condições de pobreza absoluta, é "apontar para um desenvolvimento que privilegia as funções sociais do Estado e se fundamenta na valorização do trabalho e da produção científica e tecnológica" (3).

Neste sentido, as possibilidades de viabilizar esse modelo estão associadas ao desenvolvimento imediato de ações que mobilizem a população e impulsionem o movimento de auto-organização, o qual dará sustentação à retomada de um projeto de desenvolvimento, que põe em pauta a qualidade de vida e favorece a superação das condições que penalizam o povo brasileiro.

Essa perspectiva, na medida em que estabelece seus fundamentos na participação e no movimento de democratização da sociedade brasileira, reorienta por um lado a concepção e as ações das políticas sociais, e por outro nos encaminha à opção por procedimentos que são estimuladores do processo de mobilização e organização da população, configurando, de imediato, a relevância do papel exercido pela educação.

No entanto, se por um lado a educação apresenta-se como elemento mobilizador, por outro lado há sérias dificuldades advindas do quadro educacional brasileiro. Para se ter uma idéia dos problemas que se acumulam ao longo da história da educação do trabalhador brasileiro, considere-se que 52%, ou seja, a metade da população brasi-

3. Plano de Governo da Frente Brasil Popular; mimeo. 1989

leira, é impedida de concluir as quatro primeiras séries do primeiro grau; e o reduzido número de trabalhadores que concluem o 2.º grau e têm acesso à universidade, só conseguem realizar seus cursos em instituições privadas de alto custo e, em alguns casos, de baixa qualidade, com repercussões para o desenvolvimento intelectual e o desempenho profissional. Sem dúvida, há uma problemática educacional que exige decisões imediatas de uma administração comprometida com a faixa da população que vem sucessivamente experimentando a negação dos seus direitos. É expressão dessa problemática a confirmação dos altos índices de analfabetismo e evasão registrados nas escolas públicas brasileiras.

Particularmente, no Nordeste, a situação se agudiza. Representando 28,4% da população do país, essa região concentra a metade dos analfabetos do Brasil, em idade igual e superior a 15 anos, seu parque escolar é insuficiente, mal-distribuído e sucateado por força da ausência de prioridade nesta área, da prática do clientelismo e de uma precária política de manutenção (4).

Além disso, a transferência de responsabilidade com o Ensino Público nessa Região, realizou-se sem as devidas condições, configurando uma situação em que 48% — quase metade — das vagas em escolas públicas

4. Em 1987, os Secretários de Educação do Nordeste, reunidos em Salvador, avaliaram a situação do parque escolar nordestino e constataram que 80% das escolas encontravam-se em condições precárias; representando obstáculos imediatos à proposta de universalização da escola pública de qualidade.

do Nordeste, estão sob a responsabilidade dos municípios (5). Estes, apesar de os dispositivos constitucionais estabelecerem uma relação de cooperação entre as três instâncias, não contam com a suficiente colaboração técnica e financeira do Estado e da União para ampliar a rede física escolar, processar o pagamento de um salário digno aos educadores — 60% desse contingente ganham salário inferior ao mínimo — bem como garantir a habilitação necessária aos professores leigos que compõem o grupo ocupacional do magistério (6).

Com semelhante quadro, as projeções para 1990 confirmam a deterioração educacional do Nordeste. A perspectiva é de aproximadamente 04 analfabetos para

-
5. ...“De 1981 a 1983, intervalo mais recente sobre o qual se dispõe informações para o país; a participação do ensino municipal tem se estabilizado em torno de 31%; enquanto a presença dos Estados fica na casa de 55% e a dos particulares na dos 13%. O grau de participação das redes municipais, porém, varia bastante em relação às diferentes regiões do país. É no nordeste que se concentra a maior proporção de matrículas nas redes municipais chegando a suprir praticamente a metade da oferta de vagas 48%.
- in Barreto e Arelaro, A Municipalização do Ensino de 1.º grau. Tese Centrovertida, mimeo 1986. (13p).

6.

Região	Professores Municipais % salário inferior ao mínimo
Norte	53%
Nordeste	60%
Sudeste	23%
Sul	12%
Centro Oeste	32%

MEC/SEC DE ENSINO BÁSICO “O professor Municipal no Brasil — Brasília 1987 (23 p.)

cada 10 nordestinos com idade igual e superior a 15 anos, (7). A solução tem que ser imediata: se a questão educacional foi construída com a exclusão do povo e representa um mecanismo de discriminação social — gerado no interior de um modelo de desenvolvimento concentrador de riqueza — sua solução será, antes de tudo, coletiva.

Dessa forma só a força do povo, através de sua organização, poderá, junto dos recursos, da competência e da vontade política, resolver esta questão.

Isto significa que a mobilização da máquina do Estado, no âmbito específico da ação educacional, deverá assentar suas bases na organização dos educadores, dos alunos, dos pais, e da população, tornando necessária a construção de mecanismos que viabilizem a democratização da gestão educacional e suas múltiplas dimensões.

Entende-se, portanto, que a universalização de uma escola pública de qualidade, associada à democratização da gestão educacional representa uma das contribuições à luta da população pela transformação mais geral, de um

(7) ANÁLISE ALFABETISMO NO BRASIL E NO NORDESTE
1970, 1980 E 1990

SÉRIE HISTÓRICA	BRASIL					NORDESTE				
	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS			POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS		
	NÚMEROS ABSOLUTOS	EVOLU- ÇÃO %	TOTAL	ANALFABETOS NÚMEROS ABSOLUTOS	% NA POP. DE 15 ANOS E MAIS	NÚMEROS ABSOLUTOS	EVOLU- ÇÃO %	% NA POP. DO BRASIL	TOTAL	ANALFABETOS NÚMEROS ABSOLUTOS
										% NA POP. DE 15 ANOS E MAIS BRASIL
1970	93.333.040	100,0	54.002.600	18.146.920	33,6	28.110.020	100,0	30,2	15.421.510	8.111.2320
1980	119.002.700	127,8	73.514.940	18.716.950	25,4	31.911.010	123,8	29,7	19.706.070	9.963.350
1990	144.642.900	155,3	95.267.900	19.297.900	20,3	41.048.140	145,9	28,4	24.630.000	9.520.650

FONTES: FUNDAÇÃO IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 E 1980

FUNDAJ / SUDENE - SÉRIE POPULAÇÃO E EMPREGO 19 (SUDENE) E SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS 42 (FUNDAJ)
"NORDESTE: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DA FORÇA DE TRABALHO ATÉ O ANO 2000" - EDITURA MAS-
SANGANA - RECIFE, 1986

FUNDAJ - "DINÂMICA DEMOGRÁFICA E CRESCIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO DO BRASIL: 1980/2000" - EBI-
TORA MASSANGANA - RECIFE, 1986

SUDENE E FUNDAJ - "PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO DAS MICROREGIÕES E MUNICÍPIOS DO NORDESTE - 1985/
2000" (NO PRELO)

modelo econômico social e político, gerador das desigualdades sociais no âmbito nacional e regional. Para tanto, apresentam-se, a seguir, propostas para a Educação Básica no Nordeste.

- I — A universalização de uma escola pública de boa qualidade: a Escola Popular, que coloca em pauta a luta da população em favor da qualidade de vida e tem como perspectiva contribuir para a interpretação e a transformação da realidade, a partir do ponto de vista dos segmentos majoritários da população através das seguintes ações:
 - . Ampliação do parque escolar a partir de um planejamento integrado das redes de ensino, com a perspectiva de preencher os vazios, em termos de oferta de vagas, combater o desperdício e possibilitar o acesso às escolas.
 - . Implantação em caráter emergencial de um plano de recuperação do parque escolar que possibilite as condições necessárias de trabalho e redirecione o espaço físico em função do debate coletivo e da convivência social.
 - . Proposição de cursos de formação e aperfeiçoamento para educadores, que atuem em todos os níveis de ensino, com a perspectiva de impulsionar ações de transformação da realidade educacional, circunscritas num projeto de mudança da sociedade como um todo.
 - . Habilitação de todos os professores leigos num prazo de 05 anos, a partir da conjugação de esforços da Universidade, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, e das organizações que desenvolvem projetos educacionais populares.

- . Criação das condições para a implantação efetiva de planos de carreira para os profissionais de educação em todos os níveis.
- . Determinação de uma base salarial condizente com a relevância da ação do educador para a transformação qualitativa da escola pública.
- . Instituição do concurso público como a única forma de acesso às funções docentes e técnicas.
- . Redefinição do curso noturno, garantindo sua especificidade de atendimento ao aluno trabalhador, sem prejuízo do padrão de qualidade.
- . Inclusão da educação especial no sistema educacional, como modalidade educativa abrangedora da educação precoce, da pré-escola, daquela de 1.º e 2.º graus, da supletiva, e da habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação (8).
- . Prolongamento da jornada destinada às atividades de ensino, adaptação do calendário escolar às especificidades regionais e garantia do material indispensável ao desenvolvimento das atividades escolares.
- . Realização do recenseamento com caráter informativo e mobilizador, com a finalidade de identificar as áreas de implantação dos núcleos de alfabetização de jovens e adultos.
- . Estabelecimento, após negociação com as organizações representativas, de um programa de incentivos ao conjunto dos trabalhadores que

se engajarem em núcleos de alfabetização localizados no ambiente de trabalho ou nos bairros.

- . Implantação de uma rede de bibliotecas públicas, funcionando em horário integral, descentralizada e de fácil acesso.
- . Suplementação da educação formal pela TV, rádio e a imprensa escrita, visando sobretudo a eliminar o analfabetismo funcional (9).
- . Incentivo à produção de alimentos em nível regional e local com a perspectiva de garantir a curto prazo uma merenda escolar de qualidade e controlar o desperdício.
- . Implantação progressiva de um sistema de transporte escolar particularmente nos municípios de grande porte, nos bairros populosos e de difícil acesso e nas áreas que registram distribuição irregular da população.
- . Consolidação do compromisso da Universidade com um desenvolvimento científico e tecnológico voltado para as atividades prioritárias da região e a produção nas diversas áreas do conhecimento.

II — A Democratização da Gestão Educacional

- . Desburocratizando e simplificando as práticas administrativas nos diferentes órgãos da instância educacional, favorecendo a agilização e a transferência das informações.

9. Plano de Governo da Frente Brasil Popular. mimeo. 1989.

- . Deslocando o eixo das decisões para a instância escolar, fortalecendo a autonomia do professor na direção da atividade docente, recuperando a unidade do ato pedagógico e a participação da população a quem se destina o serviço.
- . Implementando conselhos e fóruns deliberativos em todos os níveis de ensino, com a participação direta, das diversas organizações da população: os conselhos escolares, os sindicatos, as associações, os conselhos de bairros, os conselhos municipais, os conselhos estaduais, inter-universitários, regionais, etc.
- . Tornando do domínio público os critérios de alocação e aplicação dos recursos destinados à educação em todos os níveis.

Pretende-se, finalmente, associado à luta pela expansão do processo de democratização à esfera da sociedade, no seu todo, ampliar o controle da população sobre gestão da política educacional através de um esforço decisivo e integrado que possibilite:

- . a garantia de acesso e permanência na escola pública, de todas as crianças em idade escolar;
- . a eliminação do analfabetismo na população jovem e adulta em áreas urbanas e rurais;
- . a produção do conhecimento e a formação de profissionais que contribuam para a transformação da sociedade e, conseqüentemente, da qualidade de vida da imensa maioria da população brasileira.